

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

Embora as instituições nacionais ligadas à soberania venham atuando nas últimas décadas em suporte às políticas ambientais brasileiras, a relação entre as duas esferas nem sempre se deu em bases cooperativas. Partindo-se de uma compreensão estreita da segurança, a preservação do meio ambiente foi vista, durante certo tempo, não como uma pré-condição para se garantir a segurança nacional e humana, mas como uma ameaça à integridade territorial e aos interesses nacionais brasileiros. Temia-se, nesse sentido, que as inestimáveis riquezas naturais do Brasil despertassem a cobiça internacional, de forma a representar riscos às fronteiras nacionais e ao direito soberano do país de gerenciar seus recursos naturais de maneira autônoma, em busca do desenvolvimento.

Vigorava, portanto, a compreensão de que assumir compromissos de cooperação na arena ambiental implicaria o decréscimo da soberania nacional. O posicionamento defendido pela delegação brasileira durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo em 1972, seria sintomático desse entendimento: “Na área do aproveitamento de recursos naturais, os interesses nacionais, em termos econômicos e de segurança, são de tal monta, que qualquer fórmula que, sob o pretexto ecológico, impusesse uma sistemática de consulta para projetos de desenvolvimento seria simplesmente inaceitável para o Brasil.”

Nas décadas posteriores, as interpretações relativas às preocupações ambientais foram gradualmente transformadas, tanto no âmbito da sociedade quanto em meio às instituições de defesa. O processo de redemocratização, o fortalecimento de organizações da sociedade civil, o avanço dos estudos científicos e a consolidação de uma estrutura federal de governança ambiental favoreceram essas novas percepções e, sobretudo, a aproximação desses dois setores.

Internet: <soberaniaclima.org.br> (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, a participação da delegação brasileira na CNUMAH realizada em Estocolmo, em 1972, comprometeu a eficácia dos acordos de preservação ambiental então estabelecidos pelos Estados participantes do evento.
JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva do item extrapola o conteúdo do texto.
- 2 Conclui-se das ideias veiculadas no texto que a preservação do meio ambiente deixou de ser considerada uma ameaça à integridade territorial e aos interesses nacionais brasileiros e passou a ser entendida como requisito para a garantia da segurança nacional e humana.
JUSTIFICATIVA - Certo. Afirma-se no 1.º parágrafo que o fato de a preservação do meio ambiente não ser vista “como uma pré-condição para se garantir a segurança nacional e humana, mas como uma ameaça à integridade territorial e aos interesses nacionais brasileiros” ocorreu “durante certo tempo”, e que,

posteriormente, “as interpretações relativas às preocupações ambientais foram gradualmente transformadas, tanto no âmbito da sociedade quanto em meio às instituições de defesa” (3.º parágrafo).

- 3 Depreende-se do texto que, nas últimas décadas, órgãos nacionais de segurança têm cooperado para a preservação do meio ambiente no Brasil.
JUSTIFICATIVA - Certo. No 1.º período do texto, afirma-se que as instituições nacionais ligadas à soberania vêm atuando nas últimas décadas em suporte às políticas ambientais brasileiras.
- 4 De acordo com o texto, no passado as autoridades brasileiras consideravam auspiciosa a atuação de Estados estrangeiros em território brasileiro, dado o interesse que demonstravam pela preservação das riquezas naturais nacionais.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o 1.º parágrafo, temia-se despertar a cobiça internacional pelas riquezas naturais do Brasil, o que representaria riscos ao país. Logo, a atuação de Estados estrangeiros em território brasileiro era considerada desfavorável, e não auspiciosa.
- 5 Conclui-se do último parágrafo do texto que processos positivos para o país, como o fortalecimento de organizações da sociedade civil e o avanço dos estudos científicos, resultaram da mudança de interpretação quanto às questões ambientais.
JUSTIFICATIVA - Errado. De fato, o texto apresenta os processos referidos como positivos, mas o emprego do verbo **favorecer** denota que as tais “novas percepções” é que foram consequência daqueles processos, e não o contrário.

Julgue os itens seguintes, relativos a aspectos linguísticos do texto CB1A1.

- 6 Os “dois setores” citados ao final do texto correspondem ao mesmo referente da expressão “as duas esferas” no primeiro período do texto: soberania estatal e políticas ambientais.
JUSTIFICATIVA - Errado. A expressão “as duas esferas” retoma as ideias mencionadas no item, porém os “dois setores” citados no final do texto se referem à sociedade e às instituições de defesa.
- 7 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, a forma verbal “foi” (segundo período do primeiro parágrafo) poderia ser substituída por **era**.
JUSTIFICATIVA - Certo. Apesar da mudança do tempo verbal, a reescrita proposta seria gramaticalmente correta e coerente com as ideias do texto, pois se trata de uma percepção que durou “certo tempo” e que foi superada.
- 8 A substituição de “mas” (segundo período do primeiro parágrafo) por **embora** manteria a coerência do texto e seus sentidos, uma vez que ambas as conjunções são adversativas.
JUSTIFICATIVA - Errado. Embora ambas as conjunções sejam adversativas, no contexto, apenas a conjunção “mas” seria cabível, haja vista a negação na oração anterior.
- 9 É facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “às” em “às fronteiras” (terceiro período do primeiro parágrafo).
JUSTIFICATIVA - Errado. Sem o acento grave, ocorreria erro gramatical, uma vez que o termo “riscos” rege complemento

introduzido pela preposição **a** e o constituinte “fronteiras nacionais” é plural e determinado, o que enseja o emprego necessário também do artigo definido feminino no plural.

- 10 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso se substituísse a expressão “em busca do desenvolvimento” (terceiro período do primeiro parágrafo) por **visando ao desenvolvimento**.

JUSTIFICATIVA - Certo. As expressões têm sentidos semelhantes e a substituição não acarretaria prejuízo à correção gramatical.

- 11 No primeiro período do segundo parágrafo, o trecho “a compreensão (...) nacional” funciona como complemento direto da forma verbal “Vigorava”.

JUSTIFICATIVA - Errado. O trecho em questão funciona como sujeito da oração.

- 12 Na citação apresentada no segundo parágrafo, o trecho “qualquer fórmula que (...) impusesse uma sistemática de consulta para projetos de desenvolvimento” expressa uma condição, evidenciada pela flexão do verbo **impor** no modo subjuntivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. O núcleo do predicado da oração adjetiva (“impusesse”) expressa, no trecho em análise, uma hipótese, e não uma condição.

- 13 O trecho “e, sobretudo, a aproximação desses dois setores” (último período do texto) poderia ser reescrito, mantendo-se a correção e os sentidos do texto, da seguinte forma: **que, sobretudo, aproximaram esses dois setores**.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o texto, a aproximação dos setores foi favorecida por todos os elementos enumerados no termo sujeito (“O processo de democratização, o fortalecimento de organizações da sociedade civil, o avanço dos estudos científicos e a consolidação de uma estrutura federal de governança ambiental”), e não por “essas novas percepções”, que seria o termo retomado pelo pronome “que” na proposta de reescrita.

- 14 O último período do texto consiste em uma conclusão acerca do fato expresso no período imediatamente anterior, por isso seu início poderia ser reescrito da seguinte forma, sem alteração da correção e dos sentidos do texto: **Portanto, o processo (...)**.

JUSTIFICATIVA - Errado. Não se trata de uma conclusão sobre o período anterior, mas da inclusão de uma nova ideia.

Acerca do vocabulário empregado no texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 15 Estariam mantidas a correção do texto e a coerência de suas ideias caso a expressão “relativas às” (primeiro período do terceiro parágrafo) fosse substituída por **acerca das**.

JUSTIFICATIVA - Certo. A afirmação feita no item é procedente.

- 16 A expressão “nem sempre” (primeiro período do texto) tem sentido equivalente ao de **quase nunca**.

JUSTIFICATIVA - Errado. A expressão “nem sempre”, no texto, significa que, atualmente, algo funciona de determinada forma, mas que houve momento (independentemente de sua extensão) em que funcionou de forma diferente. Já a expressão “quase nunca” quer dizer que houve pouquíssimos momentos em que algo se deu de determinada forma, e que a forma diferente prevaleceu a maior parte do tempo.

- 17 A substituição da palavra “sintomático” (segundo período do segundo parágrafo) por **revelador** manteria a coerência e a correção do texto.

JUSTIFICATIVA - Certo. De fato, coerência e correção seriam mantidas, porque **revelador** teria sentido similar ao de “sintomático” no contexto em análise.

- 18 O vocábulo “inestimáveis” (terceiro período do primeiro parágrafo) poderia ser substituído por **incalculáveis**, sem prejuízo da coerência das ideias do texto.

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo dicionários da língua portuguesa, inestimável significa algo difícil ou impossível de ser estimado, avaliado; inapreciável, incalculável.

Julgue os próximos itens, referentes ao emprego dos sinais de pontuação no texto CB1A1.

- 19 A inserção de uma vírgula imediatamente após o termo ‘desenvolvimento’ (último período do segundo parágrafo) prejudicaria a correção textual.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como a vírgula separaria sujeito e predicado, a correção do texto seria prejudicada.

- 20 A eliminação da vírgula empregada após ‘tal monta’ (último período do segundo parágrafo) preservaria a correção e a coesão textuais.

JUSTIFICATIVA - Certo. A vírgula separa a oração principal seguida da oração adverbial consecutiva, portanto seu uso é facultativo.

- 21 No terceiro período do primeiro parágrafo, a vírgula empregada após “sentido” sinaliza que a oração “que as inestimáveis riquezas naturais do Brasil despertassem a cobiça internacional” tem função adjetiva e sentido explicativo.

JUSTIFICATIVA - Errado. A vírgula mencionada cumpre a finalidade de isolar a expressão adverbial “nesse sentido”, deslocada no período. A oração introduzida pelo vocábulo “que” exerce, na verdade, a função de sujeito da forma verbal “Temia-se”.

- 22 Dado o sentido pejorativo atribuído no texto à expressão “arena ambiental” (primeiro período do segundo parágrafo), seria adequado realçá-la por meio de aspas — **“arena ambiental”**.

JUSTIFICATIVA - Errado. O emprego sugerido das aspas não seria adequado porque a expressão citada não consiste em citação, não tem sentido figurado nem qualquer outra motivação gramaticalmente correta para o uso do referido sinal de pontuação.

À luz da lógica sentencial, julgue os itens seguintes, acerca da proposição *P*: “Se o investigador não cumprir o procedimento ou identificar o suspeito errado, o juiz anulará a prova e soltará o acusado.”.

- 23 *P* é equivalente à proposição “Se o juiz anulou a prova e soltou o acusado, então o investigador não cumpriu o procedimento ou identificou o suspeito errado.”.

JUSTIFICATIVA - Errado. A proposição do item é a recíproca de *P*, não são equivalentes.

- 24 O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição *P* é superior a 15.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como P é composta por 4 proposições simples, sua tabela-verdade possui $2^4 = 16$ linhas.

- 25 A negação do consequente de P pode ser expressa por “O juiz não anulará a prova ou não soltará o acusado.”.

JUSTIFICATIVA - Certo. Basta aplicar a Lei de De Morgan: $\sim(p \wedge q) \leftrightarrow \sim p \vee \sim q$.

- 26 Considere que o investigador cumpra o procedimento e identifique corretamente o suspeito. Nesse caso, presumindo-se verdadeira a proposição P , é correto afirmar que o juiz não anulará a prova nem soltará o acusado.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nas hipóteses do item, será falso o precedente da proposição P . Assim, seu consequente tanto poderá ser verdadeiro quanto falso, sem prejuízo da veracidade de P .

Considerando que, entre 900 candidatos ao cargo de agente de polícia civil, 630 tenham a habilidade de manuseio de arma de fogo e 480 tenham habilidade de cálculo, julgue os próximos itens.

- 27 Supondo-se que haja 70 vagas disponíveis, o número de maneiras de selecionar os referidos candidatos para preenchê-las é $900!/830!$.

JUSTIFICATIVA - Errado. Como a ordem da escolha não é relevante, o número de maneiras é $900!/(70! \times 830!)$.

- 28 Selecionando-se ao acaso um candidato, a probabilidade de ele ter habilidade de cálculo é inferior a 50%.

JUSTIFICATIVA - Errado. $480/900 > 450/900 = 50\%$.

- 29 No mínimo, 210 candidatos possuem as duas habilidades mencionadas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Considerando-se x como o número de candidatos com as duas habilidades e y como a quantidade de candidatos com nenhuma delas, tem-se

$$x + (630 - x) + (480 - x) + y = 900.$$

Ou seja, $x - y = 210$. Como x e y são inteiros não negativos, o menor valor de x ocorrerá quando y for nulo.

- 30 No máximo, 270 candidatos não possuem nenhuma das habilidades mencionadas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Tal máximo ocorrerá na hipótese de todos os candidatos com habilidades de cálculo possuírem também habilidade de manuseio de arma de fogo: $900 - 630 = 270$.

Com base na Lei n.º 9.264/1996, que dispõe acerca do desmembramento e da reorganização da carreira da PCDF, bem como no Regimento Interno da PCDF, julgue os itens que se seguem.

- 31 A Ouvidoria e a Seção de Conformidade e Integridade da PCDF estão inseridas na estrutura administrativa da Corregedoria-Geral de Polícia Civil.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Seção de Conformidade e Integridade da PCDF integra a estrutura administrativa da Delegacia-Geral de Polícia Civil, conforme o art. 8.º, item 1.0.1.2.3, do Regimento Interno da PCDF.

- 32 Os cargos de analista e gestor de apoio às atividades policiais civis compõem a carreira de polícia civil do DF.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os cargos de analista e gestor de apoio às atividades policiais civis não compõem a carreira de polícia civil do DF, nos termos do art. 3.º da Lei n.º 9.264/1996.

- 33 No caso de servidor da carreira policial civil do DF ser cedido à Governadoria do DF ou à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do DF para o exercício de cargo em comissão, não se faz necessário o ressarcimento, ao órgão cedente, do valor correspondente à remuneração do servidor cedido.

JUSTIFICATIVA - Certo. Em regra, na cessão de servidor da carreira policial civil do DF, é obrigatório o ressarcimento ao órgão cedente do valor correspondente à remuneração do servidor cedido. Porém, tal obrigação não se aplica quando a cessão ocorrer para que o servidor exerça cargo em comissão em órgão da União ou na Governadoria do DF, conforme estabelecido no art. 12-B, incisos VI e VII e § 2.º, da Lei n.º 9.264/1996.

- 34 O Cartório das Delegacias de Polícia Circunscricionais é responsável pela guarda e destinação de objetos, instrumentos e documentos apreendidos ou arrecadados, enquanto permanecerem na delegacia, exceto armas de fogo e valores em espécie, os quais não podem permanecer na delegacia.

JUSTIFICATIVA - Errado. A parte final do item está incorreta, pois a responsabilidade do Cartório das Delegacias de Polícia Circunscricionais inclui também a guarda e a destinação das armas de fogo e dos valores em espécie apreendidos ou arrecadados, enquanto permanecerem na delegacia, na forma do art. 74, III, do Regimento Interno da PCDF.

- 35 O diretor-geral da PCDF é nomeado pelo governador do DF.

JUSTIFICATIVA - Certo. Compete ao governador do DF nomear o diretor-geral da PCDF, nos termos do art. 12-A da Lei n.º 9.264/1996.

Em relação à improbidade administrativa e ao abuso de autoridade, julgue os próximos itens de acordo com as disposições das Leis n.º 8.429/1992 e n.º 13.869/2019.

- 36 A caracterização do ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública depende da existência de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito do agente público.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública não dependem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito do agente público, de acordo com o art. 11, § 4.º, da Lei n.º 8.429/1992.

- 37 Todo aquele que exerce, por qualquer forma de vínculo, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, função em órgão da administração pública pode ser sujeito ativo tanto de ato de improbidade administrativa quanto do crime de abuso de autoridade.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está correto, pois menciona a parte comum do conceito de agente público para fins de configuração do ato improbidade administrativa e do crime de abuso de autoridade, nos termos do art. 2.º, *caput*, da Lei n.º 8.429/1992 e do art. 2.º, parágrafo único, da Lei n.º 13.869/2019.

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006).

38 Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deve a autoridade policial proceder, de imediato, à oitiva do agressor e das eventuais testemunhas.

JUSTIFICATIVA - Certo. A oitiva do agressor e das testemunhas está elencada entre as providências imediatas que a autoridade policial deverá adotar em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme estabelece o art. 12, V, da Lei n.º 11.340/2006.

39 Configura violência doméstica e familiar contra a mulher ação baseada no gênero que lhe cause dano patrimonial em relação íntima de afeto na qual o agressor tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o art. 5.º, III, da Lei n.º 11.340/2006.

40 O descumprimento da decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência configura crime e, na hipótese de

prisão em flagrante do agente que o cometer, a fiança poderá ser concedida pela autoridade policial ou judicial.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na hipótese de prisão em flagrante pelo descumprimento de medida protetiva de urgência fixada judicialmente, somente a autoridade judicial poderá conceder fiança, não cabendo tal atribuição à autoridade policial, conforme estabelece o art. 24-A, § 2.º, da Lei n.º 11.340/2006.

Com base no Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres, julgue os itens que se seguem.

41 O eixo enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres apresenta o objetivo de fortalecer a rede de serviços públicos especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e reduzir as parcerias com instituições privadas que atuam nessa temática.

JUSTIFICATIVA - Errado. O eixo 4 traz como objetivo específico fortalecer a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e ampliar as parcerias com instituições que atuam nessa temática.

42 O eixo igualdade para as mulheres rurais objetiva fortalecer a cadeia produtiva, apoiando a sua organização, produção e comercialização, sem mencionar o acesso aos recursos naturais.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com a PPDPM, no eixo igualdade para as mulheres rurais, um dos objetivos específicos é fortalecer a cadeia produtiva, prestando apoio à sua organização, produção e comercialização, viabilizando, também, o acesso aos recursos naturais.

No que diz respeito a questões ambientais do DF e à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os próximos itens.

43 Compete ao conselho administrativo da RIDE-DF a compatibilização de programas e projetos da RIDE-DF com os demais planos de desenvolvimento regionais do país.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 94/1998, compete ao COARIDE, harmonizar os programas e projetos de interesse da RIDE com os planos regionais de desenvolvimento.

44 A apropriação ilegal de terras públicas por particulares é um dos sérios problemas com impacto ambiental que o DF enfrenta.

JUSTIFICATIVA - Certo. Um dos problemas mais sérios problemas ambientais que Brasília e o DF como um todo enfrentam é a apropriação ilegal de terras públicas por particulares.

45 Municípios criados por meio de desmembramento de municípios que fazem parte da RIDE-DF serão desligados automaticamente dessa região.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a Lei n.º 94/1998, os municípios que vierem a ser constituídos a partir do desmembramento de território de município integrante da RIDE passarão a compor, automaticamente, a tal região.

46 As áreas de proteção ambiental das bacias do Descoberto e do São Bartolomeu estão bem preservadas pelo fato de que, nelas, o uso e a ocupação do solo têm seguido o zoneamento ambiental.

JUSTIFICATIVA - Errado. As áreas de proteção ambiental das bacias do São Bartolomeu e do Descoberto, que poderiam servir como laboratório do planejamento ambiental, orientando, pelo zoneamento, o uso e a ocupação do solo, conservando áreas de risco, de sensibilidade ambiental e com a proteção da diversidade da fauna e flora locais, acabaram sendo lugar de proliferação de condomínios e expansões, o que resulta em locais de risco ambiental.

Julgue os seguintes itens, relativos à realidade histórica, política, econômica e geográfica do DF.

47 O movimento pendular de trabalhadores entre o Plano Piloto e as demais regiões administrativas é intenso desde os anos iniciais de Brasília, podendo-se observar, mais recentemente, que a maior parte dos que trabalham na região administrativa de sua moradia, e não fazem o referido movimento pendular, tem baixa escolaridade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Pesquisas têm mostrado que, embora os empregos no Plano Piloto representem 74,7% da massa salarial do DF (CODEPLAN), a maior parte dos que trabalham na RA de sua moradia tem baixa escolaridade.

48 A capital federal, como modelo de cidade planejada, tem-se expandido conforme os modelos de planejamento urbano controlado.

JUSTIFICATIVA - Errado. Brasília, projetada na perspectiva utópica característica de “cidades novas”, produziu um espaço social semelhante aos demais do país.

49 Para financiar a construção de Brasília, foram colocadas à venda terras que eram de domínio público do DF.

JUSTIFICATIVA - Certo. A lei que criou a NOVACAP permitiu ao novo órgão complementar os recursos com os quais fora dotado com a emissão das Letras Imobiliárias Brasília, vendidas para todo o Brasil e para o exterior. Dessa maneira, as terras que eram públicas, pois haviam sido desapropriadas, foram passadas a particulares.

50 Brasília, diferentemente de outras unidades da Federação, apresenta elevada qualidade de serviços públicos, o que se deve principalmente à sua prerrogativa exclusiva de receber recursos do governo federal destinados a atender essa demanda.

JUSTIFICATIVA - Errado. O rápido e elevado crescimento populacional trouxe uma gama enorme de problemas consubstanciados nas carências em serviços públicos. Além do mais, não é apenas Brasília que recebe recursos do governo federal para custeio de serviços públicos.

Espaço livre
